

Política Partida

246 - julho de 2015

Temática

Clínica sem política

Aline Souza Martins

A psicanálise e a política se encontram furtivamente não é de hoje. Alguns destes encontros foram bastante discutidos ao longo dos últimos anos, outros ainda permanecem em segredo, mas na maior parte das vezes, já estamos tão acostumados a vê-los juntos que nem notamos. Com a saída dos analistas dos consultórios privados, para ocuparem instituições e discutirem política nos jornais e revistas nacionais, esse casamento gera discussões cada vez mais acirradas.

Em 1989 a clínica de atendimento psicológico da UFRGS realizou o primeiro encontro do "Sexto Lobo", grupo que pretendia discutir a clínica do social e que mais tarde reuniu seus textos no livro *Clínica do Social: ensaios* (1991):

Não existe uma psicanálise do individual e outra 'aplicada' ao sintoma social. Pois o sintoma é sempre social [...]. Nesta afirmação, aliás, nenhum sociologismo: pois o que chamamos de individual, a singularidade, é sempre o efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo (ARAGÃO, CALLIGARIS, COSTA, SOUZA, 1991, p. 12).

Também é nesta coletânea de ensaios que Contardo Calligaris (1991) defende que "todo sintoma é social". Entretanto dizer que todo sintoma é social não significa que toda a prática psicanalítica esteja comprometida com a busca de uma mudança política. É esta briga na qual queremos *colocar nossa colher*.

Calligaris defende a tese de que é do interesse e da paixão humana "sair do sofrimento neurótico banal, alienando a própria subjetividade, ou melhor, reduzindo a própria subjetividade a uma instrumentalidade" (CALLIGARIS, 1991, p.110). Essa paixão pela instrumentalidade é uma tendência quase inevitável a "ser instrumento de", receber elogios por ter conseguido cumprir bem sua tarefa. Essa paixão é o que levou Rudolf Hoess, comandante do campo de Auschwitz, a responder ao mundo que participou do nazismo sem culpa, pois "era apenas um funcionário exemplar". Essa também foi a resposta dada por Otto Adolf Eichmann em Jerusalém no seu julgamento em 1961. O que fez com que Hannah Arendt desenvolvesse sua tese sobre a banalidade do mal, ou seja, que o mal não é qualidade de apenas alguns escolhidos para serem chamados de "monstros", e sim uma parte de todas as pessoas.

Em 1963, Arendt publica o livro *Eichmann em Jerusalém*, no qual faz uma análise do "indivíduo Eichmann", que segundo ela não possuía um histórico ou traços antissemitas e não apresentava um caráter ou doentio. Agiu segundo o seu dever, cumprindo ordens superiores e movido pelo desejo de ascender em sua carreira profissional, na mais perfeita lógica burocrática. Cumpria ordens sem questioná-las, com o maior zelo e eficiência, sem refletir sobre o Bem ou o Mal que pudessem causar.

Retomo essa passagem histórica, pois, expressa muito bem o que Calligaris chama de paixão pela instrumentalidade e o que Jurandir Freire Costa (1991, p.42) vai criticar como a Burocratização "da profissão ou da cidadania que insere os sujeitos num tipo de montagem perversa das relações sociais".

Ou seja, o que em um determinado tempo e sociedade é sinal de eficiência e eficácia, no momento futuro pode ser considerado monstruosidade, e as mesmas pessoas que eram vistas como destaques no exercício de sua profissão sem questionarem as leis que regiam suas ações, em outro momento podem ver que fizeram o exercício do mal.

Se faz importante pensar nessa relação do mal não encarnado em determinados indivíduos, especialmente nesse momento pós-eleição de 2014, quando vimos o germe de ideias segregacionistas ser difundido por todo o Brasil como algo banal. Seja a separação entre "coxinhas" e "petralhas", como dizemos em São Paulo, ou a infeliz sugestão de separação do Brasil, vimos como é fácil incitar o preconceito e o ideal separatista, nas mesmas pessoas que antes eram consideradas democráticas.

Essa relação também pode ser invocada ao pensarmos na clínica-política, pois ela reflete a diferença de se pensar um sintoma dentro de seu tempo ou se questionar o seu tempo por causa de um sintoma. Para Octavio Souza o sintoma social, assim como o particular, é sustentado por uma fantasia (1991). Na clínica-política não deixamos de escutar o sintoma singular, mas a partir dele questionamos e tentamos intervir na fantasia social.

Uma das cenas de testemunho mais marcantes da história é a descrição de Primo Levi de seu sonho em Auschwitz, sonho que descobriu ser compartilhado por outros judeus no campo de concentração. Ele sonha que sai do campo, sobrevive e vai contar sua história e os horrores vividos. Mas o ouvinte se levanta e vai embora, ele não quer ouvir. Primo Levi se pergunta: "Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?". A dor provocada pela indiferença, por não querer saber, por não suportar, faz com que Levi se convença de que é preciso lembrar para poder esquecer, ter sua vida reconhecida mesmo no que ela provoca de horror.

Esse sonho nunca poderia ser interpretado sem a política, é um sonho compartilhado porque não diz respeito somente aos desejos e a fantasia do Primo Levi individualmente, diz dessa lei maléfica e irrepresentável na qual eles estavam vivendo e que não seria jamais suportada pelo restante do mundo. Não é à toa que até hoje alguns grupos não reconhecem o massacre judeu no nazismo.

Acredito que é também por esses motivos que para Miriam Debieux Rosa (2011, p.3)

A prática clínico-política neste âmbito relança as demandas institucionais, em geral focadas naqueles indivíduos que desorganizam ou atacam as normas institucionais. Estas são relançadas para diagnosticar, não o indivíduo, mas os laços sociais que atualizam os processos de exclusão em curso, e buscar reverter e inverter a direção das práticas, de modo a permitir a todos a elaboração de seu lugar na cena social. A direção de tratamento proposta junto às instituições parte da demanda e do sintoma referidos à instituição e seus efeitos no sujeito, em um posicionamento implicado na cena onde o que está em jogo são os lugares do sujeito no discurso, na relação do sujeito com a instituição. (ROSA, 2011, p.3).

Para atuar nas instituições tendo como pressuposto essa clínica-política Andréa Guerra (2014, p.6). defende uma metodologia de conceber o sujeito como

corte (LACAN, 1959-60), a partir da banda de moebius enquanto superfície na qual, em uma face temos o sujeito do inconsciente e, na outra, o sujeito político. A intervenção sobre uma das faces interfere na outra de modo não equivalente, mas operatório. Supomos que é na perda que a torção realiza em cada face, que elas passam a operar articuladas e reconfiguradas a partir do tratamento conferido a essa perda e ao gozo a ela correlato modificando, nesse ato, os dois planos, e podendo engajar o sujeito em uma nova resposta. (GUERRA, 2014, p.6).

Para Freud, no texto *Mal-Estar na Cultura* (1929), toda a psicologia individual é ao mesmo tempo social, pelo simples fato de considerar inevitavelmente o outro, que entra em cena como modelo, objeto ou adversário (Goldenberg, 2006, p.12). Essa presença do outro, ou mesmo do Outro, se considerarmos o que pensou Lacan alguns anos depois, não é suficiente para se pensar a política, e tampouco o social. Concordamos com Ricardo Goldenberg na sua crítica a Freud em "Psicologia das Massas", dizendo que a dinâmica do social é sempre mais do que a soma dos indivíduos, do que os grupos com seus líderes, e, não há como tratar os grupos como se eles respondessem da mesma forma que o indivíduo.

Na dissertação "Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico de drogas: um ensaio sem resposta" (MARTINS, 2014) foi realizada uma análise da guerra do tráfico buscando uma perspectiva que cruzasse o aspecto subjetivo-clínico com o político. O trabalho partiu da escuta de grupos de conversação com jovens envolvidos com o tráfico de drogas no Bairro Santa Lúcia, aqui em Belo Horizonte- MG, no contexto da pesquisa *Incidência do Pai na subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico de drogas*, coordenado pela professora Andréa Guerra em 2009. Entendemos o posicionamento desse grupo de jovens na sociedade como *Homo Sacer* (AGAMBEN, 2010), posição complexa de exclusão incluída, produzida e sustentada pelo discurso em torno da violência e pelo reconhecimento desses sujeitos como exceção. Analisando o conceito de guerra, buscamos compreender o fenômeno social e subjetivo no qual esses adolescentes se viam inseridos como consequência deste discurso, que os leva ao não reconhecimento de sua condição de cidadãos. Elucidamos a dinâmica de funcionamento da chamada *guerra do tráfico* através do estudo da guerra como totalidade em Clausewitz (2005) e seu mecanismo de continuação pela política, protegendo os vencedores de guerras passadas através das leis atuais que garantem a hierarquia social segundo Foucault (1975-1976). Continuamos entendendo a guerra no sujeito, marcada pelo conflito, pela agressividade e pela cisão a partir de Freud (1915, 1921, 1930) e a guerra como estrutura tanto subjetiva quanto social defendida por Lacan. Chegamos à conclusão de que essa posição de sujeitos em guerra, é sustentada na sociedade através de um discurso, o laço social que reserva posições de *Homo Sacer* para alguns sujeitos.

Concluindo, por mais que o sintoma seja sempre social, nem sempre a clínica é política, para que ela o seja, na nossa perspectiva, é preciso escutar o sintoma e questionar o laço social. Não se contentar em adaptar os sujeitos à nossa estrutura burocrática, instrumentalizando-nos com eficácia. É preciso questionar a lei e seus mecanismos de poder que garantem a manutenção da estrutura segregacionista da sociedade na qual vivemos, muitas vezes sem perceber.

Referências Bibliográficas

CALLIGARIS, C. *A sedução totalitária*. Em *Clínica do Social: ensaios*. ARAGÃO, L. T.; CALLIGARIS, C.; COSTA, J. F.; SOUZA, O. São Paulo: Escuta, 1991.

COSTA, J. F. *Psiquiatria burocrática: duas ou três coisas que sei dela*. Em *Clínica do Social: ensaios*. ARAGÃO, L. T.; CALLIGARIS, C.; COSTA, J. F.; SOUZA, O. São Paulo: Escuta, 1991.

GOLDENBERG, R. *Política e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUERRA, A. M. C.; COSTA, M. H. ; LIMP, T. Risco e Sinthome: a psicanálise no sistema socioeducativo. Em *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impreso), v. 02, p. 171-177, 2014.

MARTINS, Aline Souza. *Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico de drogas: um ensaio sem resposta*. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROSA, M. D. *Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas*. Em *Psicanálise: invenção e intervenção, Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 41/42, p. 29-40 - ISSN 1516-9162, 2011.

Autor: Aline Souza Martins

* Aline Souza Martins é Psicóloga e Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica pela USP. Professora do curso de Psicologia da Universidade Anhanguera. Autora da dissertação *Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico de drogas: um ensaio sem resposta*. E-mail: alinesouza.martins@gmail.com.

** Texto apresentado no seminário "Já é: psicanálise, adolescência e infração" na UFMG organizado pela professora Andréa Máris Campos Guerra em 10 de novembro de 2014.